

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD

Adriano Arcari

(Inter)Relação do pensar, do agir e do sentir:
(inter)ligando saberes.

DOURADOS

2018

ADRIANO ARCARI

(Inter)Relação do pensar, do agir e do sentir:
(inter)ligando saberes.

Trabalho apresentado à banca examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de bacharel em Direito, sob a orientação da professora Simone Becker.

DOURADOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A668(Arcari, Adriano

(Inter)Relação do pensar, do agir e do sentir: : (inter)ligandosaberes/
Adriano Arcari -- Dourados: UFGD, 2018.

40f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Simone Becker

TCC (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito e Relações
Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Interdisciplinariedade. 2. Tensão. 3. Multidisciplinariedade. I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Adriano Arcari

(Inter)Relação do pensar, do agir e do sentir:
(inter)ligando saberes.

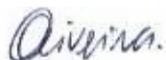
Monografia apresentada como requisito
necessário para a obtenção do título de
bacharel em Direito.

BANCA EXAMINADORA:

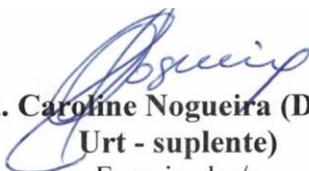


Dra. Simone Becker
Orientador/a

Orientador
Prof.^a. Dr.^a. PhD. Simone Becker



Prof. Dr. Esmael Alves Oliveira



**Dra. Caroline Nogueira (Dr. João
Urt - suplente)**

Prof. Dra. Caroline Barbosa Contente Nogueira

“A resposta certa, não importa nada: o essencial é que as perguntas estejam corretas”.

(Mario Quintana)

RESUMO

Este trabalho propõe-se a elucidar a tensão relacional existente entre o curso de Ciências Jurídicas e os cursos de outras áreas científicas, propondo uma interação entre eles, utilizando para tanto a análise dos Estabelecidos e os Outsiders: livro do sociólogo Nibert Elias & Scotson. O trabalho trata da relação do curso de Ciências Jurídicas (Direito) com outros ramos das ciências humanas (toda ciência é humana, pois é feita por humanos), tendo como impulso uma experiência pessoal. A monografia trata a partir da estilística mais informal e coloquial do meu discurso, na forma de ensaio com viés biográfico e crítico no que diz respeito ao ensino, das ciências jurídicas. Andar no pavimento das revisões bibliográficas da sociologia/antropologia é intencional, pois visa fugir do já instituído direcionamento objetivo a atos jurídicos/normativos. Nas Ciências Jurídicas entende-se a interdisciplinariedade como: a participação das ciências (disciplinas) que compõem a grade do curso. Para a correção de tal equívoco, utiliza-se o termo multidisciplinariedade, o qual vai além do entendimento da interdisciplinariedade, sendo então aquele que dialoga e se vê construído e constructor de outras ciências de ramos e curso diferentes.

Palavras-chave: Participação; Interdisciplinariedade; Tensão; Multidisciplinariedade.

ABSTRACT

The work deals with the relation of Legal Sciences (right) with other branches of the sciences human (all science is human, because it is made by humans), with impulse a personal experience. Walk on the pavement of the Sociology/Anthropology is intentional, as it seeks to escape the already established targeting the legal/normative acts. In legal science means the interdisciplinarity like: the participation of Science (subjects) that make up the grid. For the correction of such a mistake, use the term multidisciplinary, which goes beyond the understanding of interdisciplinarity, being then the one Who converses and finds himself built and other branches of Sciences and different course. This work seeks to elucidate the relational tension exists between the course of legal sciences and other science courses, proposing an interaction between them, using both the analysis of the Established and the Outsiders: book by sociologist Elias Norbert.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. ESTABELECIDOS E OUTSIDERS.....	10
3. (COM)CIÊNCIA.....	14
3.1. A ferro e fogo.....	16
4. POSITIVANDO OS ESTABELECIDOS.....	20
5. ESTABELECIDOS E OUTSIDER NAS CIÊNCIAS JURÍDICAS.....	22
6. ENCONTRANDO AS CIÊNCIAS.....	24
6.1. A náusea da moderna/idade.....	25
7. O CORPO COMO LUGAR DE “ACUMULÇÃO”.....	26
8. RIO E PESSOA.....	28
9. A LIBERDADE APARENTE.....	30
10. O HORIZONTE À DERIVA?.....	31
11. (DES)CONEXÃO?.....	32
12. TODO CONSUMISTA É UM NARCISISTA.....	33
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
14. BIBLIOGRAFIA.....	38

1. INTRODUÇÃO

Em certo momento, dado a acalorada discussão em sala de aula, um colega de turma se irrita e desfere a seguinte verborragia: “você confunde Geografia com Direito”, referindo-se (in)conscientemente às intrigas referentes à Ciências Jurídicas frente à outras Ciências, (entendidas com Humanas, pois toda Ciência é feita e praticada por seres humanos). Numa confusão de ideias, pautada e reforçada pelo conhecimento parcelar e/ou parcelado, orientada em certo período histórico pelo Positivismo Científico, tal expressão, ilustra-nos a ideia de ciência única, independente e pragmática, apregoada pelo positivismo.

A discussão se prolonga nos corredores, demonstrando que um número maior de colegas defende uma espécie de supremacia das Ciências Jurídicas, atacando qualquer opinião que não seja pautada pelos manuais, pelas doutrinas ou normas estabelecidas, demonstrando com isso não somente o preconceito científico-literário, bem como o comportamento dos próprios professores em sala de aula e uma vez que estes representam as instituições de ensino, porque não considerar que existe uma padronização pedagógica nas instituições que oferecem o curso de Ciências Jurídicas.

Com a finalidade de não se prender aos modelos tradicionais de produção científica, este estudo se dá de forma ensaística, de modo a privilegiar as referências consultadas como forma de recurso estilístico, possibilitando com isso uma abordagem do tema de forma mais livre e empírica, “valorizando” outros saberes, os quais podem e devem acrescentar e complementarem-se neste processo conflituoso que é o da construção do conhecimento, conflituoso por estarem carregados de afetos muitos, e, sobretudo por ser esta uma relação também de poder.

Não há aqui a intenção de tratar diretamente das questões de inter, multi ou pluridisciplinaridade, uma vez que a prática desses conceitos não tem um critério majoritário, ficando a cargo de cada profissional aplicar um critério que lhe pareça mais adequado, ora privilegiando as disciplinas que compõem a grade de um curso específico, ora privilegiando as disciplinas de cursos que não fazem parte de um determinado curso.

A empreitada deste estudo ensaístico é influenciada pelo método chamado de micro-história, o qual em linhas gerais, consiste em partir de um

ator/contexto social e os acontecimentos sócio-históricos a ele imprimidos, possibilitar uma leitura outra de dada realidade.

A divisão dos capítulos, não segue uma ordem cronológica dos fatos, nem tampouco uma sucessão retilínea, como pretende os “profetas do Progresso”, pautados em uma pretensa lógica pré-ordenada, aqui intencionalmente, buscou-se tratar do tema de forma “leve e livre”, para que o leitor possa a partir de experiências próprias sentir-se como parte dos acontecimentos, uma vez que muitos ou já viveram essa experiência presenciando e/ou sendo o corpo receptáculo em sala de aula.

Não se pretendeu aqui esgotar qualquer assunto, mas tão somente provocar a atenção do leitor, para que possa a partir de sua experiência, continuar o debate, vislumbrando uma melhor interação dos vários cursos de graduação, interação esta que passa exclusivamente pelo crivo do(s) professor(s). Assim esta interação, deve se dar na cooperação, na troca de experiências, na compreensão e não no Tolerar, pois essa palavra/atitude traz em si uma negatividade, uma rejeição antecipada daquilo que é diferente, expressão essa que preenche os corredores e salas do curso de direito, por estar contido em alguns princípios jurídicos é alardeado com entusiasmo por acadêmicos e professores sem a devida análise terminológica.

A academia tem uma função social, qual seja a de estar a serviço da sociedade, assim sendo, os mais variados conhecimentos, “senso comum” empírico e científico encontram-se ali, e estes devem complementar-se, pois a modernidade é essa confluência de tempos e saberes que se encontram a todo o momento, criando e recriando espaços de inter-relacionamentos, estabelecendo momentos e comportamentos outros, que somente uma pluralidade científico-conceitual e consciente poderá aprender e compreender.

Compreender permite a partir da expansão daquilo que entendeu fazer conexões com outras experiências. Aprender permite mudanças nas atitudes e comportamentos, pois aquilo que compreendeu passa a ser incorporado, tornando parte do indivíduo.

2. ESTABELECIDOS E OUTSIDERS

Os Estabelecidos e os Outsiders é um título cunhado em uma obra de Norbert Elias e John L. Scotson, onde utilizam o nome fictício de Winston Parva para uma cidadezinha do interior da Inglaterra, na qual os habitantes estabelecidos e os estrangeiros ou forasteiros (outsiders), vivem uma tensão social, pois os estrangeiros não compartilham dos costumes, hábitos, religião, elementos de cultura dos então estabelecidos.

Andando pelas ruas das duas partes de Winston Paiva, o visitante ocasional talvez se surpreendesse ao saber que os habitantes de uma delas julgavam-se imensamente superiores aos da outra. No que concerne aos padrões habitacionais, as diferenças entre as duas áreas não particularmente evidentes. Mesmo examinado essa questão mais de perto, era surpreendente, a princípio, que os moradores de uma área tivessem a necessidade e a possibilidade de tratar os da outra como inferiores a eles, e, até certo ponto, conseguissem fazê-los sentirem-se inferiores. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 21).

Estes são compelidos a manterem distância dos locais frequentados pelos estabelecidos, não participando assim das decisões políticas do local, vivendo às margens dessa sociedade. Essa apatia é reforçada e revivida por gerações através de boatos, fofocas, preconceitos, piadas, criando um verdadeiro abismo entre pessoas circunvizinhas.

O trabalho realizado por Norbert Elias & John L. Scotson, ultrapassa as fronteiras locais, criando ferramentas que possibilitam uma análise social contemporânea, onde as diferenças em relação ao outro são percebidas como ameaças, ofensas, barbáries, fazendo do outro um não, uma negação, uma despersonalização do eu, um ato sem sujeito. A sociedade moderna com seus avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que “encurta” as distâncias geográficas através da internet, também se distancia consideravelmente dos corpos, fazendo do tempo e do espaço um local de encenação de fantoches manipulados e coordenados por individualismos, disputas, concorrências, privilégios, tudo em detrimento da alteridade, do ofuscamento e da negação da identidade do outro.

Assim em uma sociedade que tem como NORTE o Lucro e o Privilégio de alguns grupos, os benefícios desta mesma sociedade são distribuídos de

forma desigual, pois ainda que em sua gênese não seja destinado a um grupo seletivo, a “lógica” do sistema político econômico acaba por cooptá-los.

Ao “estrangeiro” é designado um “não lugar”, um falar baixo e limitado, uma submissão imposta, proibitiva, uma postura côncava, um trabalho “desqualificado”, precarizado, periférico.

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquece-lo desarmá-lo (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.24).

Logo são proibidos de compor o Centro, é vigiado cuidadosa e sutilmente, muitas vezes até acreditando ser o culpado dessa condição criada, aceitando tudo que é pejorativo, numa espécie de penitência sócio - religiosa, qual seja, a culpa e remorso de sua própria existência. Algo como se tivesse que pagar para conseguir o “sétimo céu¹”, negando sua história e aceitando a história do “dominador” como única a ser seguida e venerada.

Nos países de língua inglesa, como em todas as outras sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e outsiders (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 26).

Portanto, considerando uma abordagem mais abrangente, mas evitando o relativismo absoluto, podemos compreender os Outsiders não apenas como um grupo de pessoas como também podendo ser um indivíduo² que se insere em uma realidade diferente da sua “original”, um estrangeiro entendido na exatidão da definição dessa qualificadora, ou da analogia a tudo que é diferente ou não pertence ao lugar.

Alguém que foi rejeitado pela sociedade, pelo mercado, pela família, aquele que não se encaixa no padrão, não fala a mesma “língua” não consome e não pode consumir os produtos da classe A ou B, aquele que não pode

¹ O Sétimo céu, corresponde a sétima e última camada, seria a “Mansão dos Bem-Aventurados”, ou Paraíso.

² Considerando que o indivíduo é constituído por um feixe relacional, tal como expõe Bordieu (2001).

estudar, e se estudou pensa diferente, tem orientação política ou uma afinidade com partido político que não é mesmo que o da maioria. As identidades dos grupos são tensionadas por uma relação de poder daqueles ou de quem está no centro, aquele que representa ou está mais perto do representante, que é condicionado e condicionante ao mantimento do *status quo*, uma vez que não permite que suas regras sejam colocadas em jogo, em confronto.

Os Outsiders estabelecem uma resistência característica, posto que ainda que inconsciente, é a manifestação das tensões dos agentes sociais, onde um dos pólos é colocado numa condição inferiorizada, podendo a qualquer momento extrapolar para uma manifestação de violência, direcionada aos indivíduos “estrangeiros”, que também querem e tem o direito de pertencer, de serem os sujeitos de suas próprias histórias.

A estigmatização dos outsiders exhibe alguns traços comuns numa vasta gama de configurações de estabelecidos e outsiders. A anomia talvez seja a censura mais frequente a lhes ser feita; repetidamente, constata-se que outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros (ELIAS & SCOTSON, 2000, P. 27).

Podemos observar em cada grupo social, em cada núcleo, a existência tanto dos Estabelecidos quanto dos Outsiders na Sociedade Moderna, com tantos predicados outros que não sejam esses, mas que se referem ao mesmo fenômeno. Agremiações que se “fortalecem” negando o outro e ao outro, impedindo e/ou dificultando o acesso tanto de fato quanto de direito, nos deparamos com instituições criando os seus Estabelecidos e Outsider com a anuência do próprio Estado Democrático e de Direito.

A análise se faz possível até mesmo e principalmente nas relações interpessoais, visto que historicamente construída, entremeiam os corpos, fazendo parte integrante da constituição do Eu. Este Eu constituído a partir do outro, que quando visto e (des)qualificado como outsider, também faz do eu um espelho do outro. Dito de outra forma, o Eu também se faz um outsider repleto de pré-conceitos discriminatórios em si mesmos, pois uma vez que o Eu se constitui a partir do outro, e este outro é (des)classificado, quem constitui também é constituído, e nessa troca, aquele que (des)classifica, (des)classifica a si próprio.

A garantia do pertencimento é relativa, pois ao que qualifica, estigmatiza, rotula, resta temporária sua condição de dominador³, pois a qualquer hora, e por qualquer motivo, pode deixar de pertencer ao grupo dos estabelecidos - daí o apego dos estabelecidos às ideologias dominantes.

Exercendo o domínio ideológico, os Estabelecidos, garantem assim, o controle nas tomadas de decisões, que favorecendo os/aos seus interesses, impele aos grupos que não fazem parte, a garantia de serem impedidos de o fazerem.

Direta ou indiretamente esta relação se faz presente nas instituições de ensino, a exemplo do Curso de Ciências Jurídicas⁴, pois alguns dos professores utilizam-se de linguagens rebuscadas, chavões conceituais, frases de efeito, negando-se muitas vezes a considerar como relevantes algumas outras intervenções que não fazem parte do programa ou da grade curricular específica. Em nome de seus interesses pessoais, “esquecem” que ensinar, também é aprender, pois ainda que outra ciência não domine o vocabulário específico que é o jurídico, ainda assim a contribuição para o aprimoramento tanto das Ciências Jurídicas quando de seus aplicadores, se faz necessária, pois toda ciência é humana, uma vez que é feita por seres humanos.

³ Em grande medida por conta da resistência que toda relação de dominação traz consigo, lá Michel Foucault.

⁴ Experiência vivida no curso de Direito na UEMS e UFGD bem como, através de conversar com colegas de outras Instituições. Isto não quer dizer exposição com objetivos estigmatizantes, mas constatações de reiterações do que, por exemplo, a etnografia com documentos de Lília Schwarcz (1993 nos inspira).

3. (COM) CIÊNCIA

“Pense no que vai dizer e fale “Baixo⁵”, pois o professor é um positivista contundente, daqueles que só admitem aquilo que está positivado em letra de lei disse a voz da pessoa sentada logo à frente⁶, indicando que já tivera alguma experiência desastrosa com tal docente. Ao observar o comportamento dos demais colegas, fez-se por bem dar ouvidos à advertência, procurando um silêncio como refúgio, uma proteção⁷. A “eloquência” (poder de persuadir pela palavra) do professor era digna de quem atingiu o mais elevado nível das pós-graduações. O tema tratado era de pouca familiaridade aos acadêmicos terceiranistas, contudo a manifestação de um dos alunos foi inevitável. Logo ao lado ouviu-se um som entredentes: VIXI, demonstrando, a meu ver, o medo e a insegurança domesticados nas instituições⁸. A inferência do aluno foi recebida como uma ameaça à “segurança institucional”, e o contra ataque do tão destemido professor foi o de desacreditar o raciocínio do aluno.

O tema prosseguiu, e mais uma vez o aluno pede a palavra e em sua direção vem um olhar em chamas na intenção de desarticular toda e qualquer organização racional proferida por este aluno. Após a “interferência”, outro aluno ao lado diz: você está sendo um “bicho Geográfico”, (termo que me soa pejorativo), posto que o que fizera a pergunta é graduado em Ciências Geográficas Licenciatura e Bacharelado, fato este já sabido pela maioria dos colegas de sala. Este acontecimento veio a se repetir algumas vezes, não podendo então ser entendido como fato isolado, mas reiterado.

Os Estabelecidos rejeitam ainda que de forma discreta a participação dos “estranhos às suas liturgias⁹”, reforçando a confraria dos admiradores das elucubrações academicistas, aplaudidos por seus pares, reproduzindo assim um

⁵ Alguns termos para fins de ênfase estão grafados propositadamente em letra maiúscula.

⁶ Fala de um colega de sala que já havia cursado uma disciplina com o professor, portanto, já conhecia bem o profissional.

⁷ Isso não quer dizer que o silêncio não comunique

⁸ As instituições escolares trazem consigo um modelo disciplinador legado pelo projeto do Estado Moderno que controla e domestica os corpos, tal como contribui Michel Foucault (1985, 2002). Esquadrinha o espaço a partir das subjetivações dos corpos/almas e vice-versa. Assim, os hospitais, as escolas, as prisões, dentre outras, assumem um modelo panóptico militar que nos acompanha até os dias atuais.

⁹ Uso a analogia da liturgia face ao fato das teorias no direito (ou interpretações de leis) serem denominadas de “doutrinas”.

modelo de dominação que ultrapassa o discurso, modelando todo um comportamento psicossocial, disfarçado de solidariedade.

Desse modo, os determinantes acabam por serem também os determinados, num lógica de espirais. As determinantes das práticas multidisciplinares são dadas seguindo uma linha pedagógica interrompida e emendada, pois muitas vezes deixadas á sorte, a prática profissional denuncia uma falta de clareza onde alunos e professores tendem ao aceite da EDUCAÇÃO BANCÁRIA¹⁰ com diz Freire (2004). Nesta o professor repassa aquilo que entendeu nos livros que leu e o aluno ouve estático, quase imóvel, entendido este ultimo como Tábua Rasa, ou folha em branco a ser preenchida, pois o aluno é recebido como um indivíduo que não sabe, desconsiderando como isso toda sua experiência vivida fora da Instituição Educacional de Nível Superior. Essa tensão produz um dinamismo de reações, visto que até mesmo o silêncio é muitas vezes traduzido como uma resistência, observada nas manifestações corporais, gestuais, olhares incomodados traçando um céu de possibilidades. Há que se lembrar que as salas de aula são permeadas por manifestações de sentimentos trazidos de outros Lugares, sentimentos esses que complementam os sentimentos construídos em sala de aula, na relação docente/discente. A produção do conhecimento passa antes de tudo pela relação de sentimentos e/ou afetações. Os Estabelecidos se auto-intitulam os detentores dos melhores sentimentos, dos mais corretos, dos mais virtuosos sentimentos em relação a tudo que os pertence, cercando-se com tapumes morais, ainda que estes sejam frágeis, ainda que em terreno argiloso, servindo como uma barricada de proteção, pseudo armadura moral, carcomida pela ferrugem do pré-conceito e do pensamento fixista.

Ali reproduzidos, estão por entre as quatro paredes institucionais, apontando com o indicador, denunciando tudo e todos que não pertencem aos seus latifúndios das exuberâncias e dos privilégios, pois quando esse legado é ameaçado pela presença do outro, do corpo do outro, têm-se ali, o estabelecimento de uma fronteira seca, fronteira esta sem aduana, sem direito à legalização, sem acesso ao estatuto fronteiriço. Os Outsiders são pré-criminalizados sem direito à ampla defesa. Ouve-se em conversas entredentes

¹⁰ Os alunos ficam sentados na carteira, paralisados “ouvindo” o docente, atitude esta atacada por Paulo Freire , (1987), passim.

que os Estabelecidos, curso de Ciências Jurídicas é o melhor dos cursos, uma elite racional, futuros “doutores”, de gravata, terno e carteirinha, uma autoridade jurídica operacional. Muitos deles são motivados pela “ascensão social” que o referido curso proporcionaria, podendo-se considerar aí uma questão de interesses de classe e de reiteração da sociedade estruturalmente excludente, impacientes em ascender.

3.1. A ferro e fogo

Vivemos uma época de impaciências. A impaciência no ouvir, a impaciência no explicar. Segundo Milton Santos (2007), o papel do intelectual é criar o desconforto. A dúvida traz desconforto, assim como a curiosidade e a discordância. Esses elementos são fundamentais para a construção do conhecimento/aprendizagem, elementos que devem ser estimulados na relação professor e aluno, tanto quanto na do aluno e professor.

Alguns professores, inflados pelas suas pós-graduações, agem como verdadeiros monges guardiães do mosteiro, transmitindo uma narrativa traduzida/descritiva das obras de sua escolha, protegidos pela linguagem técnica. Muitas vezes nem entendendo o teor proposto pelos autores destas obras, fazem um verdadeiro amontoado de explanações sem conexão com a realidade, num monólogo infinito, demonstrando que não compreenderam a função do bom professor que é a de decodificar aquilo que é complicado em linguagem fácil, acessível.

Freire (1987, p. 29), afirma que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Diante de tal afirmativa, a participação, a colaboração e a interação são fundamentais para que o cidadão se constitua como tal, e como tal, se perceba como parte formadora da sociedade. A educação bancária (aquela em que o aluno fica sentado como ouvinte apenas) estabelece uma relação na qual “você engana que ensina e eu finjo que aprendo”, onde o que é almejado é a chegada do fim da aula, quando na verdade o encerramento da aula deveria ser motivo de inquietação.

A curiosidade e vontade em aprender deveriam preponderar no elo professor/aluno e aluno/professor para a formação de qualidade a qual o se faz necessária, frente à dinâmica da sociedade.

Cada um (professor/aluno) é componente da *condicio sine qua non*, para a realização do pleno desenvolvimento das habilidades e capacidades cognitivas, almejando a partir daí uma sociedade mais justa.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético que podemos ou não conceder uns aos outros. (...) É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência (FREIRE, 2002, p.66).

Ainda que o pragmatismo conquiste corações e mentes, ainda assim, a importância devida ao processo de produção do conhecimento, com todas as suas particularidades e devida atenção, se faz necessária à construção da cidadania, processo este de responsabilidade fundamental das instituições de ensino, ainda que tendentes à produção de mão de obra, ainda que aparelhos ideológicos do Estado. Segundo Althusser (1980) nas universidades ensina-se o saber prático, os bons costumes, o tipo de comportamento que cada indivíduo deve ter na divisão do trabalho.¹¹ Nos dizeres de Freire (1987), para que se tenha uma educação libertadora, os educandos precisam ser investigadores críticos e devem manter um diálogo constante com os professores, a educação não deve ser para os educandos, mas deve sim ser para com os educandos,

Cada agente é imbuído de seu papel social, ainda que haja hierarquias, cada agente é sujeito ativo no devir histórico, cada qual responsável por sua cota parte social, mas em uma direção das partes ao todo. Segundo Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2007), o devir se dá pela vizinhança entre diferentes, possibilitando assim uma multiplicidade de devires, podendo ser indicado, portanto apenas o caminho. Quando o barco sai para o oceano, o encontro

¹¹ Comportamento do exército de reserva, tratado por Karl Marx (2012), passim.

desses dois proporciona uma transformação de forças, uma multiplicação dessas forças, tanto do barco quanto do oceano.

O parcelamento das ciências levou também a um conhecimento parcelar, estimulado pelo pensamento cartesiano, refletido nas relações entre os sujeitos sociais, os quais passam a se perceberem como partes desconexas dessa mesma sociedade, onde o eu é um Narciso, satisfeito em si mesmo, uma falsa ideia de autossuficiência.

A materialização do pensamento cartesiano nas relações sociais, portando na vida das pessoas, é percebida pela quantificação dos valores pessoais, pelo pragmatismo das realizações pessoais, tornando-se uma espécie de modelo universal e necessário a ser alcançado para se ter um lugar de vislumbre.

A capacidade de pensar sobre o pensamento aponta para um modo de raciocínio que tem como objetivo romper a ideologia “congelada” que impede uma crítica da vida e do mundo, sobre a qual as racionalizações da sociedade dominante se baseiam. De forma semelhante, a racionalidade emancipatória aumenta seu interesse na auto-reflexão com ação social que visa criar as condições ideológicas e materiais nas quais as relações não alienantes e não exploradas existem. Isso sugere uma visão da educação para a cidadania (GIROUX, 1983, p. 31).

Assim a racionalidade libertadora tem como objetivo uma ação crítica contra tudo aquilo que é restritivo e opressor. Pensar sobre seu próprio pensamento estabelecendo assim uma “reflexão crítica”, é de fundamental importância para que se promova uma racionalidade emancipatória. Essa racionalidade se dá através do estímulo histórico e sociológico das instituições de ensino com a sociedade como um todo.

As instituições não se explicam ou se definem por si só, pois são antes de tudo formadas e estruturadas por pessoas, cada uma delas (as pessoas), portadoras de uma história, de sentimentos, de valores que as acompanham.

Logo não podemos fetichizar¹² essas instituições, como se estas tivessem vida própria e tomassem decisões automatizadas. As correlações e cooperações sócio-histórica das instituições e a sociedade, deve ser trabalhada numa perspectiva igualmente histórica, para que as pessoas se reconheçam

¹² Tomar as instituições como se elas estivessem vida própria, como se elas tomassem decisões por si próprias, esquecendo que são formadas por seres humanos.

produtoras de seu próprio devir, articulando conceitos para um autêntico e consciente “agir no mundo”, donos de suas próprias convicções. As atitudes, todas elas são uma reação do corpo social que é o indivíduo, um dizer algo que não se consegue exteriorizar de outra forma.

Os comportamentos são determinados por discursos, linguagens e valores, assim, e a partir disso é que se dão as relações de poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instancias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1985, p. 12).

Assim cada sociedade produz suas verdades, pautando-se em seus próprios discursos. Portanto, podemos perceber que somos produtos dos discursos sociais, restando assim demonstrado que não há o ser constituído a priori, os saberes são construídos historicamente e no jogo do fazer valer o poder é atribuído àqueles que fazem prevalecer o saber que é o seu saber particular.

4. POSITIVANDO OS ESTABELECIDOS

Recorrendo a tentativas mal sucedidas em sua maioria, podemos perceber as Instituições de Ensino ainda reforçando este entendimento confuso, frente á correlação existente nas várias Ciências. Pensar a Ciência (esta ou aquela) como portadora da verdade, estabelecendo assim a superioridade hierárquica das Ciências é comumente aceito e transmitido nas Instituições do Ensino Superior, ora manifesto por professores, ora por alunos, que procuram uma diferenciação, uma exclusividade em relação ao outro, ao diferente.

Munidos de um arsenal de palavras incompreensíveis, disparam contra o “invasor de seu território”, estabelecendo limites e condutas de domínio, uma versão atualizada da colonização, onde o controle da linguagem é pressuposto para a imposição de uma outra forma de linguagem. Esta outra forma de linguagem se faz então dominante, tratando como linguagem alienígena, estrangeira e coisificando a linguagem nativa, relativizando em absoluto este código social, impondo o *módus vivendi* do colonizador.

Segundo José de Souza Martins (1993), os índios sul – americanos, ao avistarem os navios espanhóis, não puderam reconhecê-los, pois fora impossível relacionar tal visão a coisa alguma vivenciada, uma vez que o referencial dos índios não possibilitava a materialização intelecto-visual dos objetos que se aproximavam, tomando consciência destes objetos, quando estes, se encontravam muito próximos às ilhas.

Por aproximação, tal experiência pode ser exemplificada por aquilo que se dá nas Instituições do Ensino Superior. Assim como os índios não puderam “ver” aquilo que se apresentava ao longe, os intitulados produtores e detentores de “saberes exclusivos”, não podem perceber aquilo que se lhes aproxima, atacando em defesa de seu *status quo*, aquilo que se lhes apresenta como diferente.

Conforme Norbert Elias e John L. Scotson:

(Na figuração estabelecidos/outsideers). Em sua raiz encontra-se o medo do contato com um grupo que, aos olhos do indivíduo e de seu semelhante é anômico. Seus membros infringem normas que ele está obrigado a observar e de cuja observância dependem seu auto-

respeito e o respeito dos semelhantes. Disso também depende a participação do indivíduo na graça e virtude especiais, no carisma de seu grupo (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 49).

As regras e normas vivenciadas pelos outsiders estão diretamente vinculadas com suas regras de autocontrole, utilizando-se de fatores aglutinadores como o amor próprio e a fé comum. Quando outro grupo não tem essas regras e normas em comum, caracteriza-se assim o conceito de anomia, podendo ser entendido como uma ausência dessas normas e regras. Neste sentido, os diferentes, os não estabelecidos (outsiders), encontram-se em posição social, em hierarquias inferiores, entendidas e anunciadas com tal, pelo grupo dos estabelecidos.

As ideologias desse grupo, comunidade, povo, nação, tem a função do Mito, qual seja a de garantir a unidade, permanência, sustentação e manutenção de suas ideias e crenças enquanto entidades superiores, portadoras de uma moral de uma ética e de um comportamento tido como exemplar. Aqueles que os orbitam, que estão à periferia, que não falam sua “língua”, são tidos como bárbaros, como os não educados, como aqueles a quem se deve evitar os então outsiders. Na filosofia positivista o conceito de Terceiro Excluído¹³ ainda encontra terra firme, uma vez que este conceito estabelece que uma terceira opção seja desconsiderada, obrigando o indivíduo a ser isso ou aquilo e com isso impossibilitando uma terceira alternativa.

As atitudes dos “estabelecidos” nas Ciências Jurídicas encontra alguma fundamentação positivista, fixando comportamentos que julgam serem os adequados, pensamentos que impõem como sendo os que devem ser copiados, atacando com “agressividade felina” tudo que lhes vem como crítica, como uma terceira possibilidade de opção. A crítica consciente ao positivismo pode e deve lhe ser dirigida, para que identificando seus erros, possa também permitir novas e outras possibilidades na elaboração/construção do conhecimento.

¹³ Conceitos binários os quais expõe Marilena Chauí (2001).

5. ESTABELECIDOS E OUTSIDER NAS CIÊNCIAS JURÍDICAS

Nas Ciências Jurídicas, podemos observar a existência da relação estabelecidos/outsider, onde o Direito é a personificação dos estabelecidos. Os outsiders são aqueles que estão em sua órbita, que se comunicam utilizando-se de “outros idiomas” (outras Ciências). São até mesmo por gesto “nobre de virtude”, percebidos como aqueles que precisam vestir-se de paletó e grava, precisam ser “civilizados”, precisam apreender o idioma institucional, precisam apreender a polidez cátedra.

Para Guy Debord:

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência (DEBORD, 1997, p. 16).

A aparência do espetáculo, o espetáculo da aparência, o representado ao invés do vivido, a relação social mediada por imagens, a ausência do conteúdo incorporados na sociedade pelos indivíduos, estabelece um fim em si mesmo, condicionando um comportamento definido pela divisão de classes, onde a linguagem tem uma função de apropriação privada dos meios de apreensão cognitivas, desconsiderando e/ou “educadamente”, desconfiando daqueles, os outros, que irrompem em atravessar a ponte que liga a duas diferentes margens do rio. Para o filósofo Foucault (2002), a sociedade seria a disciplinar e não (necessariamente) a do espetáculo como pretendia Debord (1997), e o modelo de Panóptico seria o dominante, onde o observador estaria a nos observar em tempo real. As técnicas disciplinares estariam a servir de normalização dos comportamentos através dos corpos dos indivíduos, estes corpos tornados dóceis.

O Homem-Máquina de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro das quais a noção de “docilidade” que une o corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2002, p. 118).

Podemos considerar que tanto a Sociedade do Espetáculo de Debord quanto a Sociedade Disciplinar de Foucault, estão a condicionar os hábitos e os corpos na sociedade moderna, o espetáculo ficando a cargo do midiático e do marketing e a disciplina dos corpos a cargo das instituições, ambos, (inter)agindo-se, completando-se e legitimando-se.

Podemos observar diuturnamente ao espetáculo das formas, seja ele nas mercadorias, seja nos corpos, uma forma de entorpecimento para que a realidade das relações sociais seja mediada por este mesmo espetáculo, facilitando de uma forma ou de outra as operações e ações das instituições disciplinares a fim de que os corpos se deixem controlar, pois tudo acontece dentro desse espetáculo hipnotizante.

Fronteiras que antes eram interpretadas como um abrigo de grupos estereotipados, aqueles que não teriam voz, as chamadas hoje minorias, essas margens que separam a periferia do centro, os “excluídos” dos aparatos da cultura, ali e aqui (nas margens) se percebe um movimentar-se contra a supremacia cultural, uma reestruturação das identidades culturais. Todavia são também perpassados pela espetacularização e pela disciplina, ou quiçá a espetacularização da disciplina, pois com o dinamismo das sociedades, ali nas margens se conjuga o verbo existir.

Sempre e sempre, de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte reúne enquanto passagem que atravessa (BHABHA, 2010, p. 24).

Os vários diferentes, os tantos outros que nos cercam e/ou passam por nós, ajudam a fazer de nossas vidas pontes para um cruzar mais suave à “outra margem do rio”.

As margens são pontos de encontro das diferenças, das multiplicidades, um construir-se a nós mesmos, lugar onde germinam a possibilidades, as potencialidades. Ressalta-se ali o elemento cultural como fator estruturante, outrora lugar pensado como confinamento de corpos outsiders, sem direito a voz, um exército de reserva de mão de obra desqualificada e barata. Nessas margens fronteiriças dá-se através das tensões um construir-se potencializado e dinâmico.

6. ENCONTRANDO AS CIÊNCIAS

A aproximação das varias ciências tem um papel fundamental na compreensão da “realidade”, essa ”realidade” entendida como um devir histórico não impositivo, não normativo, mas libertador¹⁴ das subjetividades humanas. Para a compreensão de que nossa “realidade” e feita de visíveis e invisíveis, do concreto e da substância, se faz necessário um arcabouço “conceitual” não aprisionado nas formas nem tampouco na quantificação e captação dos dados, tornado estes estéreis por estarem desde seu nascimento, apartados das turbulências do humano, dos desvios e interrupções que a história nos imprime, demonstrando que não há um motor de comando que controle os acontecimentos e fenômenos sócio-históricos.

A troca de informações e “conhecimentos” numa sociedade dinâmica como a de nosso dias, é “*condicio sine qua non*”, para que haja libertação da opressão dos interesses de classe, para que haja uma resistência e não um conformismo diante da lógica mercantil que nos se apresenta aos olhos diuturnamente, seduzindo-nos pela deficiência que temos em problematizar os reais interesses que estão postos no dia-dia, como se fôssemos guiados por alguma mão invisível a cruzar a rua das fatalidades dadas e estabelecidas.

6.1 A náusea da moderna/idade

Somos legatários do Iluminismo e do Cartesianismo, a primazia da razão sobre as experiências do ser humano, delegando a este, papel central (antropocentrismo), nas relações com o meio que o cerca. O Outro é colocado como um ser estranho, um ser que compromete os interesses e posições sociais, uma “coisa” a ser evitada, quando muito deve ser ignorado. A alteridade, como comprometedora do *status quo* da qual gozam os seres humanos frente à natureza a ser dominada e controlada, a garantia de uma sociedade produtora de “necessidade desnecessárias”, criadas e recriadas, fetichizadas, personificadas nos modelos apresentados nos canais de televisão, definindo pelo consumo a inclusão social, o aceite à ascensão de classe.

¹⁴ No sentido de nos tornar cada vez mais questionadores.

Portanto, o outro, deve ser enclausurado, para que não ameasse os desejos e conquistas mercadológicas, tanto intelectuais quanto os supérfluos, entulhos de um maquinário que vomita seus excessos. Nessa relação de evidente recusa ao outro, de manifesta reticência social, compreende-se que este outro deve ser dominado, sujeitado às vontades do Grande Irmão segundo George Orwell (1984)¹⁵, que a tudo controla com seu intelecto colonizador, com seu método positivista/matemático, que elege e despreza tudo a seu bel-prazer.

O outro está a nossa volta e nos complementa enquanto ser humano, logo não há nada a se fazer, a não ser perceber que este outro que a mim complementa, também é complementado por mim, assim, estabelecendo-se uma relação de reciprocidades infinitas. Uma mudança necessária nessa perspectiva é pensar o Eu a partir do Outro e não o Outro a partir do Eu como propõe Levinas (2016). Com essa mudança de perspectiva, o Outro toma lugar de importância devida, onde ele (o Outro) assume papel de cooperador na formação do Eu. Logo a educação é uma ferramenta indispensável para se pensar o Eu a partir do Outro, pois uma vez que se estabeleça uma nova relação de interdependência se verifica, abrindo novas possibilidades de uma re(construção), paradigmática e epistemológica, é possível a partir da respectiva importância do OUTRO.

¹⁵ Controle exercido através da observação segundo George Orweel (1996).

7. O CORPO COMO LUGAR DE “ACUMULAÇÃO”

Historicamente construído por condições endógenas e exógenas ora vulgarizadas, ora valorizadas vertical ou horizontalmente, carrega o Corpo humano um conteúdo concreto, real, material, subjetivo, simbólico, conflitivo e relacional, um turbilhão de afetos. Embora tenha sido desconsiderado, quando muito reificado, o Corpo humano-lugar e/ou sócio-político, traz em sua modelagem elementos pretéritos que coexistem no contemporâneo, o presente contém elementos do passado, aquilo que Milton Santos (1997), chama de Rugosidades¹⁶, demonstrando assim que é perpassado pelos acontecimentos múltiplo-temporais. O ideal progressista que busca “suprimir” o “outro”, em nome do lucro e da exploração que impõem relações de submissão e subserviência, perpassa este Corpo, e este carrega expressões de relações de poder, que são “visíveis” no comportamento dos indivíduos, manifestando nestes corpos as relações das Lutas de Classes, categorias esta muitas vezes desconsiderada. Se o Corpo perde o ânimo, a energia, o vigor, este fica doente, e como disse Friedrich Nietzsche (2016), perde Potência. Notável é a manifestação de um Corpo “saudável”, que pode melhor reagir a uma ideologia dominante, reivindicar seus direitos, e assim melhor entender os outros Corpos que compõem a sociedade com a qual se relaciona. “O Homem de Espírito Livre” segundo Friedrich Nietzsche (2016), não deve atemorizar-se frente aos monolíticos da Moral estabelecida, “Deve” antes de tudo, e sem medo, voar por sobre os vales e abismos, pois ao olhar para o abismo deve compreender que o abismo também olha para ele.

Nós próprios, nós, os espíritos livres, somos aqui e agora uma “transmutação de todos os valores” uma autêntica declaração de guerra, vitoriosa, a todas as velhas concepções do “verdadeiro” e do “falso”. Os conhecimentos mais proveitosos são os que mais tardiamente se adquirem, oram as luzes mais valiosas são os métodos. Todos os métodos, todas as suposições do nosso atual espírito científico, foram alvo, durante séculos, do mais profundo desprezo; por eles, era-se excluído do convívio com as pessoas “honestas” – passava-se por “inimigo de Deus”, detrator da verdade, por “possesso” (NIETZCHE, 2016, p. 24).

¹⁶ O presente é composto pelo passado, conceito trabalhado por Milton Santos (1997).

A igreja durante a Idade Média exerceu um grande controle sobre os Corpos, controlando a condição humana e seus desejos, manifestando esse controle em menor potencialidade em nossos dias. O controle sobre os Corpos também se dá através das AIEs (Aparelhos Ideológicos do Estado) Louis Althusser (1980), que assim como a Igreja as Instituições de Ensino também o são. Norteados pela ideia de progresso, o desenvolvimento econômico utiliza-se dos AIEs como forma legitimadora e naturalizadora de seus interesses. A parceria entre as ciências e as técnicas a serviço da política econômica, o mundo dividido em espaços de mercado, a reificação do ser humano pensado e condicionado à categoria de consumidor, vai permear tanto a vida social, quanto as práticas científicas, estas voltadas para a produção de bens de consumo. Uma vez que as ciências são os reflexos de uma sociedade em um dado momento histórico, logo, podemos considerar que uma crise social, é também uma crise no modo de pensar e fazer nossas ciências. O saber em uma sociedade que prioriza o consumo é utilizado para a produção e reprodução deste consumo, onde o sujeito é pensado como objeto consumista, logo ele vale aquilo que consome.

O saber é elevado à sua dignidade, mais eminente: ele não se limita a visar o SER de fora, mas o incorpora a si e o dissolve em si mesmo: o espírito se objetiva, se aliena e se retoma incessantemente, se realiza através de sua própria história (SARTRE, 2002, p. 22).

O saber é construído de um movimento constante entre sujeitos históricos, não podendo ser controlado por interesses alienígenas ao Ser, controlando o próprio Ser. Precisa ser livre, liberto das amarras da opressão ideológica. As instituições de ensino são ferramentas importantíssimas nesse processo de construção de uma educação libertadora. Ali os alunos deveriam experimentar às inter-relações sem medo de arriscar suas opiniões, e sem tê-las que alinhar ao modo dominante de determinada corrente científico-literária, nem tampouco submeter-se à dominância ideológica de seus professores. Há em sala de aula uma pluralidade de saberes e vivências que deveriam por habilidades do professor, bem como, por critérios da Instituição de ensino, considerar e compreender essa pluralidade para que a partir da relação aluno - professor se desse o processo de aprendizado, deixando de considerar a ideia de que o educando é tabua rasa, como existiu em tempos outros.

8. RIO E PESSOA

Heráclito de Éfeso (aprox.. 540 – 480 a.C.) demonstrava em seu famoso fragmento nº. 91, onde se lê que: um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio, porque da segunda vez não será o mesmo homem e nem estará se banhando no mesmo rio, (ambos terão mudado). Heráclito dizia que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas. Entendendo dessa forma, as sociedades constroem sua história dialeticamente, não tendo, portanto, um caminho uniforme e retilíneo.

Como nos diz Foucault (2002), a história é composta também de acasos e descontinuidades, pois ela, a história, não se faz por si só, mas por seres humanos, que vivem em sociedade, que exercem condições, que impõem resistência e que são constituídos não só de atitudes, mas de sentimentos, desejos, enfim, não só de objetividades, mas também e principalmente de subjetividades. Em linhas gerais, as ciências se constroem sob o prisma de investigações sobre o “imagético” e “mitológico”, dito de outra forma, aquilo que pode ser observado aos olhos e as narrativas e contos sobre a origem da humanidade, buscando entender o mundo e o Ser na sua subjetividade/materialidade, onde as Instituições de Ensino terão grande importância no processo de construção do conhecimento, pois nesse dinamismo social marcado pelas tensões, cada vez mais se tem a necessidade do “aprimoramento” dos saberes. Nesse sentido nos adverte Debord:

Toda a vida das sociedades na quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação. (...). O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar iludido e toda consciência. Pelo fato de esse setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão-somente a linguagem oficial da separação generalizada. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens (DEBORD, 1997, p.13-14).

Assim as aparências criadas por uma ideologia dominante, (classe da sociedade que possui os meios de produção, tanto físico como intelectual), validam a ideia de que todas as estratégias capitalistas, juntamente com seus

representantes AIEs (aparelhos ideológicos do Estado), sejam um espelho da sociedade. Porém a imagem que se reflete é de uma outra realidade, uma sociedade que na verdade não se vê representada, mas entregue às imagens do espetáculo mantém uma espécie de convivência de automação.

As pessoas passam a não se perceberem como agentes sociais são externalizadas do meio pelo qual pertencem, perdendo a identificação com os elementos deste meio. Entra em cena nos anos oitenta, o Modelo do Desenvolvimento Sustentável que a muitos países seduziu. Com a promessa de um Desenvolvimento Econômico, de uma Equidade Social e um Equilíbrio Ambiental, esse discurso toma todas as relações sociais como palco de realizações, interferindo sobremaneira nas Instituições de Ensino, pois para captação de dividendos, precisam se enquadrar nessa nova personificação do capital, elaborando e atuando segundo as orientações do ideário da nova ordem, qual seja, o Desenvolvimento Sustentável. Este prioriza a entrada de capital estrangeiro e a reestruturação social necessária à implantação e reprodução desse capital. O modelo de sustentabilidade seja de cidade, de sociedade de meio ambiente, de Estado ou país, vem a ser na realidade um modelo político-paliativo, visto que suas destoâncias evidenciam a prática de mercado, a qual em nossos dias tomou força uma de suas modalidades a do agronegócio, pulverizando essa “lógica” no cotidiano das sociedades.

9. A LIBERDADE APARENTE

A liberdade vigiada característica das sociedades modernas, imprime um *modus operandi* de conduta nos corpos e mentes dos “cidadãos” de forma velada. As escolhas, via de regra, são feitas pautadas segundo uma lógica do cidadão apto ao consumo, o que por sua vez estabelece o grau de importância das classes sociais. Se o cidadão consome um tipo de produto seja ele subjetivo (educação) ou objetivo (não duráveis), sejam ainda as sobras de uma elite detentora de produtos de ponta, é visto como socialmente mais ou menos aceito segundo essa lógica. Para tal fim, o sistema político - econômico se personifica em ideias e discursos, cooptando e readequando-se, “garantindo” sua existência. Adverte-nos Marilena Chauí:

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (CHAUÍ, 2000, p. 09).

Mito Fundador é a solução imaginária para se resolver conflitos, tensões e contradições, que num plano real, não encontram e não são passíveis de resolução. É a veiculação do passado tomado como presente e que não cessa nunca, tornando real a impossibilidade do trabalho temporal, e a compreensão da realidade contemporânea, ofuscando a análise do tempo real, e conseqüentemente legitimando as sutilezas e artimanhas dos interesses do Estado, o qual tem como pano de fundo, o interesse econômico de grupos privilegiados. Essa ideologia atinge diferentes camadas da sociedade, o intelecto fica a mercê de interpretações e imagens visuais circuladas na mídia e discurso fantasiados, rebuscados, comoventes e incompreensíveis.

Como a Instituição de Ensino é um Aparelho Ideológico do Estado, observa-se nele, a reprodução e a repetição desses ideais. Alguns professores reproduzem até mesmo inconscientemente essas ideologias, dificultando ou até mesmo menosprezando a importância dessa discussão com os educandos. Uma experiência empírica, portanto, observada e vivida, demonstrou e/ou demonstra tal atitude, ficando evidente a postura autoritária e pedante de alguns docentes.

10. O HORIZONTE À DERIVA?

Política pública e educação, dois lados de uma mesma moeda.

Nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso não se pode encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, casamento permanente com o porvir, por meio da busca incensada da verdade (...). É lamentável que políticos ditos de esquerda se entreguem a uma política de direita, jogando para um lado a busca de soluções estruturais e limitando-se a propor paliativos, que não são verdadeiramente transformadores da sociedade, porque serão inócuos, no médio e no longo prazo. As chamadas políticas públicas, quando existem, não podem subsistir a política social, considerada um elenco coerente com as demais políticas (econômicas, territorial, etc...) (SANTOS, 2001, p 74).

A educação enquanto política pública encontra um desnivelamento em relação à política social. A educação é tida pelos governos das três esferas (federal, estadual e municipal) como um gasto e não como investimento. As delapidações pelas quais passam as instituições de ensino, evidenciam a problemática da falta de infra-estrutura dessas instituições. Contudo seu papel não pode deixar de ser exercido enquanto existirem. Os seus professores precisam construir um relacionamento multidisciplinar, “extrapolando” aquele constituído pela grade curricular do curso específico no qual leciona, e dessa maneira estabelecendo ligações outras, que possibilitem a leitura social de forma a perceber o todo, de forma crítica, adequar as situações reais, alicerçado nas várias formas de compreensão que as demais ciências proporcionam. Construindo a partir daí, um *modus operandi* revitalizador, considerando as experiências vividas e trazidas das várias ciências.

11. (DES)CONEXÃO?

A alienação, entendida como a sensação tomada como a própria experiência, característica marcante da sociedade moderna, paira sobre as cabeças da “intelectualidade acadêmica”, que evita as discussões acaloradas que o exercício da dialética promove, “desconstruindo” mitos e pré-conceitos cristalizados. A “intelectualidade academicista” imposta sua voz e seu corpo, antecipando e impondo sua postura política, qual seja a da dominação, intelecto-social, com o fim de estabelecerem um discurso autoritário.

Ai daquele que bate no peito retumbando seu jeito, pois lá estão elas, as mães da incompreensão: OÃÇAGEN e LAUTCELETNI ARUSUALC ¹⁷, as deusas do naufrágio e da escuridão, inanição intelectual, Cérbero do Hades.

E não obstante, a anemia acadêmica percorre os corredores, sondando os seus asseclas, metamorfoseados em Tipóias do Sistema – Nervoso – Enfermo, cuidando para que seus tutores não tenham água até a cintura, para que não se afoguem.

E essas coisas, estranhamente produzem Clones, duplicações exatas do (des)contexto, da falta de humor, do interesse próprio, da inveja, do descontento, da mácula, dos sofismas, e nelas, todas as sensações suplantam a experiência. E como se tanto engano não fosse o bastante, alguns trechos, quando muito introdução ou resumo literário, lhes servem de sustentação intelectual. Quando há escuridão nossos olhos podem se iludir com a mais simples das fagulhas, sem que percebamos que no escuro há produção, a exemplo do próprio inconsciente.

¹⁷ Negação, Clausura Intelectual, lidas de trás para frente.

12. TODO CONSUMISTA É UM NARCISISTA

Se as flores nascem no campo, longe das cidades, embelezando uma paisagem vista de uma janela de um veículo automotor, estas flores tem um significado quase espiritual a quem as vê.

A relação que se estabelece é de um preenchimento interior, trazendo a humanidade ao homem, aquela humanidade abandonada no processo produtivo/consumismo/destrutivo, mostrando que o homem tem uma ligação histórico/genética com a Natureza, pois quando este humaniza a Natureza, humaniza a si próprio como já anunciara Marx (20002).

Porém, no individualismo construído no processo produtivo capitalista, o distanciamento entre o Ser e o Ter, vai estabelecer um indivíduo diferenciado segundo suas aquisições, sua propriedade privada e sua classe social. Aquelas flores vistas no campo, passam a ter agora outro significado, pois elas só terão importância, se colhidas ou cultivadas sob o controle privado, como símbolo de individualismo.

Assim, as mercadorias exercem uma reprodução e uma reorganização da sociedade, reificando as pessoas e as suas relações sociais, transmitindo um significado expresso no consumismo de que se deve adquirir bens e produtos para ser aceito, para se sentir livre e pertencente a uma sociedade democrática, pois a democracia capitalista nos dá a liberdade, para consumir. Consumindo estamos estratificando a sociedade dos bens privados, estabelecendo relações entre possuidores e despossuídos, como nos lembra os Engenheiros do Hawaii (2007), liberdade para escolher a cor da embalagem.

A cultura ao consumo faz com que o indivíduo se manifeste através da coisa adquirida (mercadoria), como se esta coisa por si só refletisse sua imagem, assim como a imagem de Narciso no lago, o indivíduo consumista através das mercadorias, passa então a construir uma imagem refletida nelas ou através delas, como um espelho que reflete suas vaidades, com se ele só pudesse ser visto e apreciado, se adquirido novidades tecnológicas, roupas de grife, frequentando lugares de alto padrão social, enfim tudo que seja e esteja inserido numa lógica de apropriação privada, tanto do capital quando dos bens produzidos por este capital.

Se Narciso ao admirar sua imagem refletida no lago, admira a exterioridade e a juventude perene, assim também o faz o consumista fetichizado em seu consumo, superficializado e entregue as aparências tomadas como o real.

Quando a lógica toma conta dos sonhos, quando os números passam a estatisticamente deformar as expectativas, quando o relógio passa a negligenciar o tempo da vida, das belezas recém-descobertas, do sono noturno, quando o resultado numérico se sobrepõe à experiência vivida, pode-se então chorar a clausura, o sepultamento, o definhamento da criatividade, o início do fim da beleza da arte, o afogamento de um respirar o ar das relvas, triunfando o enraizamento do desânimo e do mau humor. Segundo Ruben Alvez (2007), as “Estórias” se tornam Histórias, e os contadores de estórias e mitos se tornam os cientistas, e muitos dos mitos ganham veracidade.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as convergências e correlações entre as várias ciências e suas correntes filosóficas, podemos estabelecer diálogos profícuos e um (re)construir-se libertos de preconceitos científicos, certos de que toda “(inter)ferência” consciente de seus saberes, pode de uma forma ou de outra contribuir para com o processo de construção do conhecimento.

A defesa desta possibilidade se faz necessária, uma vez que se percebe que o curso de Ciências Jurídicas, guarda uma resistência em dialogar com outras áreas das ciências, protegendo-se com suas “grades curriculares” e sua linguagem técnica, específica dos “operadores” do direito.

O dinamismo da sociedade moderna exige que busquemos novas formas de abordagem para que possamos “compreender” a problemática estrutural e conjuntural que faz parte desta sociedade, “novas” formas estas que não podem ser pensadas desconsiderando a multidisciplinaridade, entendida como o diálogo das ciências que vão além das que compõem a grade curricular do curso em questão.

O encontro do ponto de convergência dessas ciências faz com que o processo de construção dos saberes seja potencializado, ponto de encontro este que fica sob a responsabilidade do docente, uma vez que os critérios para a aplicação da multidisciplinaridade é discursivo, ficando a cargo de cada professor a maneira que melhor entender como correta, ocasionando com isso, uma instabilidade didático-pedagógica.

Todavia, essa instabilidade, não deve ser motivo para que o docente justifique sua recusa em (re)conhecer que muitos educandos podem a partir de análises e discussões pautadas sobre outras fundamentações científicas, colaborar com o processo de aprendizado, trazendo uma outra forma de pensar sobre o mesmo objeto. Sendo assim, não poderia o docente em nome da manutenção do *status quo*, de privilégios pessoais, ignorar a importância de olhares outros, de pensamentos outros, que não sejam iguais aos seus.

Coloca-se em risco com essa postura, o próprio processo de aprendizagem, remetendo-o à educação bancária, a qual o aluno inerte, ouve a tudo e não pode interagir com aquilo que está sendo abordado (estudado).

No decorrer do processo de construção do conhecimento universitário, institucional, fica evidente a desconsideração por partes de alguns profissionais da educação, que o cotidiano particular e coletivo integra este processo.

Por outro lado, alguns outros professores, sensíveis a essa problemática, promovem debates e interações em sala de aula, que reflete o estado da arte em educação. Debates acalorados, porém, apaixonantes, pois feitos com respeito à pluralidade, à diversidade, com ressignificações de práticas pedagógicas, a exemplo da reposição dos corpos, não mais enfileirados, mas dispostos em círculos, corpos próximos, sem constrangimentos, corpos relaxados por não obedecerem à continência militar imposta pelas cadeiras escolares.

A esses poucos professores corajosos e amantes da profissão, se deve um respeito sincero e comovido, pois sabedores que são de que seu relacionar como o Outro, a proximidade que ultrapassa a formalidade profissional, construindo assim, relações de amizade e respeito e, sobretudo ouvindo, faz com que o processo de ensino/aprendizagem, ultrapasse os limites institucionais e fará parte de uma vida toda.

LIBERTAS QUAE SERA TAMEN

(Liberdade ainda que tardia)

Ó Senhora, Mãe do saber Douto,
 Que afaga todo aquele que repousa em teu colo,
 Que aquece todo aquele que deita em tua cama,
 Que honra todo aquele que professa tua onipotência,
 E que sem pormenores, executa tua Pena,
 Rogo-te que livre o meu espírito da tua Ira,
 Que o teu dedo ao apontar-me não me exponha ao ridículo,
 Que teus anjos não me queiram perseguir,
 Nem a mim, nem aqueles que comigo beberam de outro vinho,
 E com piedade julga-me,
 Não desconsiderando os dias e noites,
 Que debrucei-me sobre tua bíblia.

Sob teu julgo apresento minhas falhas:
 O Ócio a que me dei em direito,
 A dúvida a que me fiz em contraposição,
 A Cicuta do dia-a-dia que recusei degustar,
 A intromissão a que me arrisquei em tuas Máximas,
 As reuniões sem o teu conhecimento,
 As leituras dos Apócrifos e dos Hereges,
 A retirada para chorar os meus Mortos,
 A retirada para chorar os Mortos em mim,
 A retirada para chorar o eu,
 A retirada para chorar agora eu Morto.

Se de algo lhe serve o meu corpo ereto em defesa, peço-lhe que abrande minha sentença, e em hipótese alguma, peça a minha reverência, a minha desistência, nem a minha, nem a de meus guerreiros. Se de nada lhe servir meu som infesto, que eu caia então em solo de batalha, e que minha cabeça ecoe em meus filhos-alunos e alunos-filhos, pois estes de alguma maneira continuarão derrubando muros, respirando sob a água, ouvindo estrelas e desbravando estradas. Amém.

14. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, A. R. de Aguiar. Direito, Opressão e Poder. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1990.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1980.

ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza. São Paulo: UNESP, 1995.

ALVES Rubens. Perguntaram-me se acredito em Deus. São Paulo: Planeta, 2007.

ALVES, Rubem. Perguntaram-me se acredito em Deus. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

AUGÉ, Marc. A Guerra dos Sonhos: exercícios de etnoficção. São Paulo: Papyrus, 1998.

AUGÉ, Marc. Não – Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papyrus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Howard Saul. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BHABHA, Homi K. O local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARBONI, Florence. A linguagem escravizada: língua, histórica, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUÍ, Marilena. O mito fundador. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CLAVAL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.

- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE Gilles; GUATARI Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- ELEIAS Norbert; SCOTSON Jhon L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.
- FEYERABEND, Paul K. Contra o método. São Paulo: UNESP, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: VOZES, 2002.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIROUX, Henry. Pedagogia Radical. São Paulo: CORTEZ, 1983.
- HAWAII, Engenheiros do. Novos Horizontes. Universal Music, 20007.
- HUNTINGTON, Samuel P. O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- LENIN, Vladimir. Como iludir o povo. São Paulo: Global, 1979.
- LÉVINAS, Emmanuel. Entre Nós. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARTINS, José de Souza. A sociedade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, Karl. O Capital I, Cap I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política (Vol. I, Tomos 1-2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20002.
- NIETZSCHE, Friedrich. O anticristo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 1996.
- SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladmir. Para ler Freud, Fetichismo: Colonizar o Outro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

SANTOS M, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. Discurso proferido ao receber o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Ciência Humanas, Letras e artes da USP. São Paulo: revista pazes, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTRE, Jean – Paul. Crítica da razão dialética. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHWARCZ, Lilian. O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VELHO, Gilberto. Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ZIZEK, Slavoj. O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2016.